independentemente do recolhimento do imposto devido. 5. É regular a imposição de multa que observa os parâmetros definidos na legislação aplicável. 6. Recurso conhecido e improvido, para manter a decisão de primeira instância, com aplicação da retroatividade benéfica. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/02/2021. DATA DO ACÓRDÃO: 23/02/2021.

ACÓRDÃO N. 7699 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17358 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172016510000213-5). CONSELHEIRO RELATOR: EMILIO CARLOS VIEIRA DE BARROS. EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO ESPECÍFICO. COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DE PETRÓLEO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PERÍCIA TÉCNICA. INDEFERIMENTO. PRELIMINARES REJEITADAS. 1. Deve ser rejeitada a solicitação de perícia, quando verificado dos autos a ausência de especialização técnica que possa justificar conhecimentos estranhos à prática fiscal. 2. Deve ser indeferida a diligência quando os documentos acostados aos autos são suficientes para a comprovação da materialidade da autuação. 3. Havendo indefinição quanto à data do fato gerador do ICMS, em virtude da ausência de registros fiscais, pode a fiscalização valer-se da previsão insculpida no art. 47, §3o, do RICMS-PA, aprovado pelo Decreto Estadual n. 4.676/01, utilizando como data o último dia do período fiscalizado. 4. Deixar de recolher o ICMS decorrente da omissão de saída de mercadoria apurada através de levantamento específico constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independentemente do imposto devido. 5. É regular a imposição de multa que observa os parâmetros definidos na legislação aplicável. 6. Recurso conhecido e improvido, para manter a decisão de primeira instância. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/02/2021. DATA DO ACÓRDÃO: 23/02/2021.

ACÓRDÃO N. 7698 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17354 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172016510000223-2). CONSELHEIRO RELATOR: EMILIO CARLOS VIEIRA DE BARROS. EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO ESPECÍFICO. COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DE PETRÓLEO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. PERÍCIA TÉCNICA. INDEFERIMENTO. PRELIMINARES REJEITADAS. 1. Deve ser rejeitada a solicitação de perícia, quando verificado nos autos a ausência de especialização técnica que possa justificar conhecimentos estranhos à prática fiscal. 2. Deve ser indeferida a diligência quando os documentos acostados aos autos são suficientes para a comprovação da materialidade da autuação. 3. Havendo indefinição quanto à data do fato gerador do ICMS, em virtude da ausência de registros fiscais, pode a fiscalização valer-se da previsão insculpida no art. 47, §3o, do RICMS-PA, aprovado pelo Decreto Estadual n. 4.676/01, utilizando como data o último dia do período fiscalizado. 4. Não se aplica a hipótese do art. 150, §4o, do Código Tributário Nacional - CTN, quando o lançamento tributário comprova a ocorrência de omissão de saídas, caracterizada pela ausência de emissão de Notas Fiscais, apurado por meio de levantamento quantitativo de mercadorias, sendo a infração então regulada pelos arts. 149, inciso V, e 173, inciso I, do diploma mencionado. 5. Deixar de recolher o ICMS decorrente da omissão de saída de mercadoria apurada através de levantamento específico constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independentemente do imposto devido. 6. É regular a imposição de multa que observa os parâmetros definidos na legislação aplicável. 7. Recurso conhecido e improvido, para manter a decisão de primeira instância. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/02/2021. DATA DO ACÓRDÃO: 23/02/2021.

ACÓRDÃO N. 7697 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17352 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172016510000220-8). CONSELHEIRO RELATOR: EMILIO CARLOS VIEIRA DE BARROS. EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO ESPECÍFICO. COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DE PETRÓLEO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. RETROATIVIDADE BENÉFICA. PRELIMINARES REJEITADAS. 1. Deve ser rejeitada a solicitação de perícia, quando verificado dos autos a ausência de especialização técnica que possa justificar conhecimentos estranhos à prática fiscal. 2. Deve ser indeferida a diligência quando os documentos acostados aos autos são suficientes para a comprovação da materialidade da autuação. 3. Havendo indefinição quanto à data do fato gerador do ICMS, em virtude da ausência de registros fiscais, pode a fiscalização valer-se da previsão insculpida no art. 47, §3o, do RICMS-PA, aprovado pelo Decreto Estadual n. 4.676/01, utilizando como data o último dia do período fiscalizado. 4. Deixar de recolher o ICMS decorrente da omissão de saída de mercadoria apurada através de levantamento específico constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independentemente do imposto devido. 5. É regular a imposição de multa que observa os parâmetros definidos na legislação aplicável. 6. Recurso conhecido e improvido, para manter a decisão de primeira instância, com aplicação da retroatividade benéfica. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/02/2021. DATA DO ACÓRDÃO: 23/02/2021.

ACÓRDÃO N. 7696 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17350 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172016510000221-6). CONSELHEIRO RELATOR: EMILIO CARLOS VIEIRA DE BARROS. EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO ESPECÍFICO. COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DE PETRÓLEO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. PERÍCIA TÉCNICA. INDEFERIMENTO. PRELIMINARES REJEITADAS. 1. Deve ser rejeitada a solicitação de perícia, quando verificado dos autos a ausência de especialização técnica que possa justificar conhecimentos estranhos à prática fiscal. 2. Deve ser indeferida a diligência quando os documentos acostados aos autos são suficientes para a comprovação da materialidade da autuação. 3. Havendo indefinição quanto à data do fato gerador do ICMS, em virtude da ausência de registros fiscais, pode a fiscalização valer-se da previsão insculpida no art. 47, §3o, do RICMS-PA, aprovado pelo Decreto Estadual n. 4.676/01, utilizando como data o último dia do período fiscalizado. 4. Não se aplica a hipótese do art. 150, §4o, do Código Tributário Nacional - CTN, quando o lançamento tributário comprova a ocorrência de omissão de saídas, caracterizada pela ausência de emissão de Notas Fiscais, apurado por meio de

levantamento quantitativo de mercadorias, sendo a infração então regulada pelos arts. 149, inciso V, e 173, inciso I, do diploma mencionado. 5. Receber, estocar e depositar mercadoria desacompanhada de documento fiscal hábil, entendendo-se como tal a falta de emissão do mesmo, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais. 6. É regular a imposição de multa que observa os parâmetros definidos na legislação aplicável. 7. Recurso conhecido e improvido, para manter a decisão de primeira instância. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Nilson Azevedo, pelo conhecimento e provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/02/2021. DATA DO ACÓRDÃO: 23/02/2021.

ACÓRDÃO N. 7695 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17348 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172016510000222-4). CONSELHEIRO RELATOR: EMILIO CARLOS VIEIRA DE BARROS. EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO ESPECÍFICO. COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DE PETRÓLEO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. PERÍCIA TÉCNICA. INDEFERIMENTO. PRELIMINARES REJEITADAS. 1. Deve ser rejeitada a solicitação de perícia, quando verificado nos autos a ausência de especialização técnica que possa justificar conhecimentos estranhos à prática fiscal. 2. Deve ser indeferida a diligência quando os documentos acostados aos autos são suficientes para a comprovação da materialidade da autuação. 3. Havendo indefinição quanto à data do fato gerador do ICMS, em virtude da ausência de registros fiscais, pode a fiscalização valer-se da previsão insculpida no art. 47, §3o, do RICMS-PA, aprovado pelo Decreto Estadual n. 4.676/01, utilizando como data o último dia do período fiscalizado. 4. Não se aplica a hipótese do art. 150, §4o, do Código Tributário Nacional - CTN, quando o lançamento tributário comprova a ocorrência de omissão de saídas, caracterizada pela ausência de emissão de Notas Fiscais, apurado por meio de levantamento quantitativo de mercadorias, sendo a infração então regulada pelos arts. 149, inciso V, e 173, inciso I, do diploma mencionado. 5. Deixar de recolher o ICMS decorrente da omissão de saída de mercadoria apurada através de levantamento específico constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independentemente do imposto devido. 6. É regular a imposição de multa que observa os parâmetros definidos na legislação aplicável. 7. Recurso conhecido e improvido, para manter a decisão de primeira instância. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/02/2021. DATA DO ACÓRDÃO: 23/02/2021.

Protocolo: 636328

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa Nº: 006/2021

Data: 11.03.2021

Prazo: 15 anos

Valor Mensal do Aluguel: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Objeto: Locação comercial de um bem imóvel urbano, situado na Avenida Hernane Lameira, s/nº, PA 420 Bairro: Vila Nova, CEP: 68.770-000, Município de Inhangapi/PA, para fins de instalação e funcionamento de Unidade Bancária do Banpará.

Fundamento Legal: Art. 29, Inciso V da Lei nº 13.303/16.

Contratado: MACHADO LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA.

Endereço: Avenida Centenário, nº 2.000, Condomínio Água Cristal, Av. Boulevard, nº 15 Bairro: Parque Verde

CEP: 66.635-679 Belém/PA

Telefone: (91) 3232-0186

Ordenador Responsável: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Protocolo: 636349

OUTRAS MATÉRIAS

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

CNPJ: 04.913.711/0001-08 - NIRE: 153.0000011-4

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº 251, CAMPINA

CEP 66.010-000 - BELÉM-PARÁ

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas do BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A., sociedade de economia mista de capital aberto, a se reunir na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia 14 de abril de 2021, às 9h, em formato integralmente virtual (via plataforma digital Microsoft Teams), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária: (A) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras; (B) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

6. Em Assembleia Geral Extraordinária: (A) Remuneração dos Administradores: I) Revisão da Política de Remuneração dos Administradores; II) Fixar o percentual sobre o lucro líquido, na forma estabelecida no artigo 28, parágrafo segundo do Estatuto Social; III) Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores, na forma do artigo 152, caput da Lei nº 6.404/1976. (B) Alteração e Consolidação do Estatuto Social. A Companhia esclarece que adotará para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada o sistema de votação à distância por meio do Boletim de Voto, considerando que se enquadra nas exigências do art. 21-A, § 1º, inciso II, alínea b da IN CVM nº 481/09.

Belém (PA), 10 de março de 2021.

ALÁUDIO DE OLIVEIRA MELLO JÚNIOR

Presidente do Conselho de Administração

Protocolo: 634424